

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

ATA N° 007 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
1° SECRETÁRIO - DEPUTADO RIVA
2° SECRETÁRIO - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Invocando a proteção de Deus, fonte de sabedoria infinita, e havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Com a palavra, o Sr. 2° Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2° SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. SECRETÁRIO – Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1° Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1° SECRETÁRIO (LÊ) – “Ofícios n°s: - 681/00, do Comandante-Geral da PMMT, encaminhando cópia do documento que versa sobre a suspensão do Mandado de Liminar de Reintegração de Posse da Fazenda Bridão Brasileiro; - 050/01, do Subsecretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando um volume de Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD/2001, em atendimento ao que dispõe o parágrafo único do Art. 11 da Lei n° 7.380, de 27.12.00; e ainda: - 014/01, do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, - 1227/00, do Chefe do 11° Distrito Rodoviário Federal, 017/01, do subsecretário de Estado de Segurança Pública, 4086/00, do Diretor de Programas Especiais da Rede/CEMAT, 19731/00, do Diretor de Telefonia Pública da TELEMAT Brasil Telecom, - 8321/00, do Assessor Parlamentar da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária; - 761 e 784/00, da Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários; e – 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91 e 92, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

E, também, Mensagem n° 02/2001.

“Mensagem n° 02/2001

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Corte de Leis, nos termos do art. 66 da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei de Abertura de Crédito Especial no Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP, no montante até 1.345.000,00 (hum milhão, trezentos e quarenta e cinco mil reais), destinado a atender despesas com a inclusão da Atividade ‘Manutenção das Residências

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Rodoviárias', no orçamento vigente.

Este Projeto tem como objetivo atender as despesas com a manutenção da Polícia Rodoviária Estadual garantindo assim o policiamento ostensivo nas rodovias estaduais.

Esclarecemos que os recursos necessários ao atendimento do crédito especial a ser aberto, correrão a conta de remanejamento interno de dotações provenientes de receita própria do órgão.

Esperando contar com o indispensável apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente projeto de lei, reitero-lhes o meu respeito e consideração dessa augusta Casa.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº DE DE MARÇO DE 2001.

Autoriza o Poder Executivo a incluir na Lei nº 7.380, de 27 de dezembro de 2000, a atividade Manutenção das Residências Rodoviárias, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, Sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento Fiscal – Lei nº 7.380, de 27.12.00, no Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP, a atividade Manutenção das Residências Rodoviárias, conforme Programa de Trabalho demonstrado no Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução da presente lei correrão à conta de anulação de dotação consignada no Orçamento Fiscal, conforme Programa de Trabalho demonstrado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 23 de fevereiro de 2001.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Governador do Estado”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Exercício 2001
 18.301 – Departamento de Viação e Obras Públicas

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO

Especificação	E	MOD	FTE	Total	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Invest.	Inversões Financeiras	Amortiz. da Dívida	Outras Desp. de Capital
026 Função Transporte				1.345.000			1.345.000				
122 Subfunção Administração Geral				1.345.000			1.345.000				
036 Programa de Apoio Administrativo				1.345.000			1.345.000				
2096				-			-				
Manutenção das Residências Rodoviárias	F	“		1.345.000			1.345.000				
Objetivo: Manter a Polícia Rodoviária Estadual para garantir o policiamento ostensivo				-			-				
2096.990		90		1.345.000			1.345.000				
Estado			240	1.345.000			1.345.000				
Total											
Fiscal				1.345.000			1.345.000	20.000			

Exercício 2001

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

18.301 – Departamento de Viação e Obras Públicas

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO

Especificação	E	MOD	FTE	Total	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Invest.	Inversões Financeiras	Amortiz da Dívida	Outras Desp de Capital
026 Função Transporte				1.345.000	-		1.325.000	20.000			
122 Subfunção Administração Geral					445.000	-		425.000	20.000		
036 Programa de Apoio Administrativo				445.000	-		425.000	20.000			
2006				-	-		-	-			
Manutenção de Serviços de Transportes				140.000	-		120.000	20.000			
SEQ. (322)											
Objetivo: Promover a manutenção da frota de veículos utilizada pelos órgãos do Estado, envolvendo veículos próprios ou de terceiros				-			-				

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Exercício 2001

18.301 – Departamento de Viação e Obras Públicas

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO

Especificação	E	MOD	FTE	Total	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Invest.	Inversões Financeiras	Amortiz. da Dívida	Outras Desp. de Capital
10 2006		90		140.000			120.000	20.000			
Estado			240	140.000			120.000	20.000			
2007											
Manutenção de Serviços Administrativos Geral	F			305.000			305.000				
SEQ. (323)											
Objetivo: Dar condições necessárias para a manutenção dos serviços gerais do órgão											
2007		90		305.000			305.000				
Estado			240	305.000			305.000				
026				900.000			900.000				
782 Subfunção Transporte Rodoviário				900.000			900.000				
069 Programa Rodoviário Estadual				900.000			900.000				
2098											
Manutenção das balanças de pesagem de veículos	F			900.000			900.000				
SEQ. (328)											
Objetivo: Permitir o funcionamento dos postos de pesagem nas rodovias											
2098.9900		90		900.000			900.000				
Estado			240	900.000			900.000				
Total Fiscal				1.345.000			1.345.000	20.020			

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Quero cumprimentar o Prefeito de Novo São Joaquim, Sr. Orlando Novaes, o Vice-Prefeito, Sr. Lourenço Luís, e sua esposa, que nos honram com suas presenças, bem como os demais visitantes. Sejam bem-vindos.

Encerrada a primeira parte, passemos á segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT – Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galerias, imprensa:

Vou usar o Pequeno Expediente para apresentar uma Indicação e um Requerimento de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, a necessidade de implantação de linha telefônica e “orelhões”.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, demonstrando a necessidade de implantação de rede, colocação de linha telefônica e a colocação de dezesseis orelhões no bairro Altos da Serra, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Atendendo a solicitação dos moradores do bairro Altos da Serra, nesta Capital, na pessoa do presidente do bairro, é que apresentamos esta Indicação ao Diretor Presidente da TELEMAT, demonstrando a urgente necessidade de implantação de rede telefônica e colocação de linha telefônica, bem como a colocação de dezesseis orelhões em áreas prioritárias do bairro.

Os moradores do bairro Altos da Serra ficam quase que totalmente isolados, passando por grandes dificuldades, principalmente quando há necessidade de serviços relacionados à saúde, segurança ou qualquer outro atendimento imediato, ficando extremamente difícil a comunicação, uma vez que não existem linhas telefônicas no bairro, por isso, necessário se faz a urgente implantação de rede telefônica, bom como de dezesseis orelhões.

Por tudo que aqui está dito, justificamos a nossa Indicação, esperando contar com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 23 de fevereiro de 2001.

Deputado AMADOR TUT – PL

2ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no artigo 262 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Indústria e Comércio, solicitando autorização para aquisição mensal de dezoito mil litros de álcool anidro, junto às destilarias de álcool, para fazer a mistura da AEP, álcool e diesel, pelo Grupo Tut, para que o mesmo possa concluir o projeto de combustível vegetal.

JUSTIFICATIVA

Atendendo à solicitação do Grupo Tut, apresento o presente Requerimento á Mesa Diretora, para que seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Indústria e Comércio, solicitando autorização para aquisição mensal de dezoito mil litros de álcool anidro, junto às destilarias de álcool, para fazer a mistura de AEP, álcool e diesel, para que o referido Grupo possa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

concluir o projeto de combustível vegetal.

O Grupo já construiu uma indústria no Distrito Industrial de Cuiabá para fabricar o AEP, com capacidade para atender todo território nacional. Com isso, criam-se dezenas de milhares de empregos para nosso Estado. Resulta também substancial diminuição da carga poluidora em nossa atmosfera.

Por tudo que aqui está dito, justificamos o nosso Requerimento, esperando contar com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 23 de fevereiro de 2001.

Deputado AMADOR TUT – PL

Deputado NICO BARACAT – PMDB

Deputado SILVAL BARBOSA – PMDB

Deputado ELIENE – PSB

Deputado ALENCAR SOARES – PSDB

Deputado MOACIR PIRES – PFL

Nós estamos justificando, Sr. Presidente – e todo mundo já viu estampado na televisão -, porque nós estamos fazendo essa operação desde o ano de 1996; já foi concluído, no ano passado, no setor de indústrias, uma indústria que custou mais de dois milhões e meio de dólares, chegando a cinco milhões de reais, e sem a aquisição do álcool anidro para fazer a mistura não temos como fazer esse atendimento, porque o álcool anidro é vendido à distribuidora, e a distribuidora só devolve à sociedade misturado à gasolina.

Hoje, já é do conhecimento de todos, nós vimos trazendo esse produto das destilarias num tipo de caminhão que se pode falar até que foi roubado, porque não pode declarar em lugar nenhum que nós trazemos essa mercadoria. E não temos mais condições de viver nessa situação, porque todo mundo sabe que nós estamos fazendo isso, está escrito no nosso carro, está propagado, os tanques estão dentro da garagem – isso está ventilado em todos os cantos.

Como é que se está usando, se nunca se comprou um litro? Se nunca aceitou trazer um litro? Nem é comprar, porque vários deles as próprias empresas doaram. Hoje, elas não estão doando mais, mas nem comprar e pagar legalmente eu posso.

Então, é preciso emitir essa nota, para que fique autorizado a se chegar em qualquer destilaria do Estado e falar: “Olha, eu estou aqui com uma autorização da Secretaria de Indústria e Comércio, para comprar de vocês o produto!” Senão, ele não pode vender para mim.

Eu já andei com esse Requerimento, individualmente, na Secretaria, e eles deram trinta pareceres, mas ninguém deu a resposta! Eu gostaria que essa Casa nos desse uma ajuda, porque é notório que nós estamos fazendo isso, está claro na cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Esta Presidência vai convocar o Secretário de Indústria e Comércio para esclarecer o Requerimento de Vossa Excelência, logo após o carnaval.

Comunico aos Srs. Deputados o calendário de nossas próximas atividades: no dia 06 de março, dia em que nós voltaremos, pela manhã, nós teremos no Auditório Milton Figueiredo a reunião do arbitral dos times de futebol que compõem a Federação Mato-grossense de Futebol, sob a liderança do Deputado Alencar Soares, às 09:00 horas, discutindo em reunião, e à noite haverá Sessão normal.

Comunico também que a mudança de horário desta Sessão de hoje e da Sessão noturna de ontem ocorreu para substituir as Sessões que deveriam ser realizadas na próxima semana – foi uma decisão do Colégio de Líderes.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio (AUSENTE). Com a palavra, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ouvi a programação da próxima semana, quando teremos, no Auditório Milton Figueiredo, a reunião do arbitral, onde estará presente, inclusive, o Presidente do time de Barra do Garças, Deputado Alencar Soares.

Eu queria apenas comunicar aos Srs. Deputados que no ano anterior nós fizemos algumas ações para tentar, eu não diria salvar o futebol de Mato Grosso, mas pelo menos dar um alento ao futebol mato-grossense. Infelizmente, essas ações isoladas eu sei eu somam muito pouco, o que precisa na verdade é uma determinação do próprio Governo do Estado, investindo mais no esporte, mais especificamente no futebol.

Nós pedimos ao Governador Dante de Oliveira uma audiência, Deputado J. Barreto, para a qual estamos convidando todos os presidentes de clubes de futebol, o Presidente da Federação e o Presidente da Liga que vai fazer esse campeonato estadual, porque, pelo que estou pressentindo, o campeonato estadual deste ano tende a ser mais desorganizado do que foi no ano passado, não por culpa do Altair Cavalieri, que assumiu e que é muito competente – como Presidente do Sinop já provou isso -, mas exatamente pela falta de investimentos.

Mato Grosso não é um dos Estados mais pobres, mas nós chegamos ao cúmulo de ver anunciado pela Rede de Televisão Bandeirantes que Mato Grosso é o único Estado em que estava ameaçado não ter campeonato estadual. Se nós temos um empresariado forte, se a nossa economia está em alta, o que falta? Há determinação de se destinar uma parte desses recursos para o esporte, mais especificamente para o futebol, que é o esporte de massa que mais emprega, direta e indiretamente.

Nós vamos pedir ao Governador que não fique de braços cruzados, esperando o futebol mato-grossense ser enterrado. Nós precisamos de uma ação efetiva para salvarmos o futebol mato-grossense. Já solicitamos uma audiência, para a qual vamos levar todos os presidentes de clubes, e eu quero convidar os desportistas, como o Deputado J. Barreto, o Deputado Humberto Bosaipo, o Deputado Eliene. Inclusive, nós temos uma Comissão, e de nada adiantarão essas reuniões se não houver uma determinação de investimentos, se os empresários... Se nós temos tantos incentivos, por que não se criar um incentivo para investimento no esporte? Então, nós vamos discutir isso com o Governador. Tem que haver essa determinação. Se não houver determinação política, essas discussões vão todas por água abaixo.

Então, juntamente com esses desportistas e com outros que queiram se somar conosco, nós vamos estar com o Governador, fazendo esse apelo para que não deixe o futebol mato-grossense passar pelo vexame pelo qual vem passando nos últimos anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOISAPO) – Com a palavra, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS – Sr. Presidente, Sr. 1º Secretário, colegas Deputados, eu quero trazer à tona uma reivindicação muito séria dos pecuaristas e dos agricultores do Município de Juína, e depois eu me inscreverei para falar no Grande Expediente.

Eu gostaria de fazer um alerta aos Srs. Deputados, em relação a uma grande preocupação do nosso Estado, que nós sabemos que é um Estado altamente rico, produtivo e que, infelizmente, não está atendendo a necessidade de acolher mais investigadores de Mato Grosso, tendo em vista que “existe uma Medida Provisória que não dá condição de desmate, principalmente na região de Juína, Juara e naquela região de Brasnorte, Castanheira.

Ali, Deputado Riva, os produtores rurais querem produzir, ter a sua plantação, a sua pastagem, produzir” alimento, e infelizmente estão impedidos, devido a uma Medida Provisória que não dá condições para o desmate, impedindo o crescimento daquela região.

E há uma reivindicação de vários pecuaristas, agricultores, que nos preocupa, e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

gostaria que nós levássemos a reivindicação em nível federal, para que pelo menos cinquenta por cento da área, Deputado Humberto Bosaipo, pudesse ser liberada para o desmate. Hoje, o IBAMA libera apenas vinte por cento, e a área é pouca, não está dando condições de crescimento para aquela região.

Um outro assunto que eu gostaria de trazer aos colegas Deputados é aquele que veio à tona em relação ao Vereador Toninho Vaca Gorda, de Tangará da Serra. Eu quero informar aos colegas que ele superou aquelas dificuldades e mostrou a verdade. O esposo daquela que estava denunciando o Vereador Toninho Vaca Gorda está na cadeia, por ser um bandido, um homem de alta periculosidade. O Vereador provou o contrário... Esse homem está na cadeia, e o Vereador, por uma inspiração divina e com vontade dos colegas parlamentares daquela Câmara, tornou-se, hoje, o Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra!

Eu acho que a justiça tarda, mas não falha. Está aí, então, o grande Vereador Toninho da Vaca Gorda, no Município de Tangará da Serra, superando as dificuldades por que passou no período de Natal e Ano Novo, que realmente não foram fáceis, talvez tenha sido os momentos difíceis que ele passou.

Eu agradeço o entendimento dos colegas e até a próxima oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – O Vereador Toninho Vaca Gorda nos procurou na cidade de Tangará da Serra, quando estivemos lá inaugurando a rodovia Itanorte/Tangará da Serra, e na oportunidade nos solicitou um espaço para que ele pudesse explicar o episódio ocorrido naquela cidade. Eu sugeri que ele encaminhasse a Vossa Excelência, por escrito, uma vez que ele não pode usar a tribuna deste Parlamento, para que Vossa Excelência discorresse oficialmente sobre o episódio.

Comunico à Consultoria Técnico-Jurídica que fiz a substituição do Deputado Silval Barbosa pelo Deputado Emanuel Pinheiro na Comissão Especial que vai analisar o Projeto de Resolução que cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos do Consumidor.

Portanto, Vossa Excelência está convocado para compor a Comissão Especial, Deputado Emanuel Pinheiro.

Com a palavra, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, nobres Pares, imprensa, assistência:

Deputado Humberto Bosaipo, eu comungo com uma orientação, com uma determinação de Vossa Excelência, e até já tive a oportunidade de fazê-lo em outras Sessões, com a diretriz de se fortalecer as comissões temáticas, as Comissões Permanentes desta Casa.

Existem vários colegas que, até no intuito de melhor colaborar com os trabalhos legislativos, apresentam várias propostas solicitando formação de Comissões Especiais para discutir este ou aquele assunto, sendo que aqui na Casa nós temos Comissões Permanentes, temáticas, sobre todos os assuntos que afetam o dia-a-dia, o cotidiano da sociedade mato-grossense.

Então, eu acho que seria mais um direito consuetudinário, um direito costumeiro, nós começamos a aplicar mais, chamar sob a sua orientação, os trabalhos para essas Comissões. Nesse particular, eu quero falar sobre a campanha que o Tribunal de Justiça, através do eminente Desembargador Corregedor daquele Tribunal, o Dr. Paulo Lessa, vem lançando – ontem o lançamento foi em Cuiabá -, a campanha “Adotar é Legal”.

Eu acho que a nossa Comissão de Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso não poderia ficar fora dessa campanha do Tribunal de Justiça. Nós vimos recentemente uma tragédia envolvendo uma criança de dois anos de idade, o Rodrigo – eu já tive a oportunidade de falar aqui sobre a questão de mãe biológica. Não há um cidadão cuiabano e mato-grossense que não tenha se envolvido

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

emocionalmente com o sofrimento, com a barbaridade que culminou com a morte de uma alma inocente, de uma criança inocente, o garotinho Rodrigo.

Tudo isso nos leva a refletir que precisamos avançar cada vez mais em busca daquilo que consideramos uma sociedade justa e socialmente desenvolvida.

O Governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, através de uma ação com a sua esposa, está propondo o pagamento de um a três salários mínimos para as famílias que adotarem uma criança de zero a três anos – e aumenta esse valor quando a criança é negra ou tem uma idade superior a três anos. São medidas polêmicas, são medidas que geram debates, discussões e dividem opiniões, mas são medidas que avançam para aquilo que desejamos, que é uma sociedade em harmonia.

Eu quero solicitar que Vossa Excelência peça, que determine à Comissão de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso que entre em contato com o Tribunal de Justiça e, *pari passu*, à Corregedoria daquele Tribunal, para participar ativamente da campanha “Adotar é Legal”, que já está tendo sucesso, dando resultados positivos para adoções em todo o Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós estamos aguardando a indicação dos nomes dos Presidente das Comissões Temáticas e das Comissões Técnicas, e procederemos à sugestão do Deputado Emanuel Pinheiro.

Quero informar que a Comissão de Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso encontra-se formada pelos Deputados Carlos Brito, Pedro Satélite, Campos Neto, Nico Baracat e Deputada Serys Slhessarenko – está presente o Deputado Carlos Brito, que poderá colaborar com a indicação de Vossa Excelência.

Sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Carlos Brito:

1ª) PROJETO DE LEI:

Altera a Lei nº 7.313, de 01/09/2000, renomeando a área definida como “Reserva Ecológica” para “Parque Estadual”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A Unidade de Conservação criada na categoria de reserva Ecológica, pela Lei nº 7.313, 01/09/2000, a partir da promulgação desta lei, fica enquadrada na categoria de Parque Estadual.

Art. 2º O Parque Estadual referido no artigo anterior localiza-se entre os extremos da Avenida Júlio Costa Marques e da Rua Alencar, do Bairro Morada da Serra – CPA I, tendo o seu lado esquerdo confinado com a Av. Rubens de Mendonça e seu lado direito confinado com quem de direito, nos bairros Morada do Ouro e Morada da Serra.

Art. 3º A área do Parque Estadual será constituída por terras pertencentes ao Estado, empresas públicas e quem de direito e definida pelos órgãos estaduais competentes, obedecendo parâmetros que otimizam a preservação ambiental e implantação do Parque.

Art. 4º O Poder Executivo fará a regulamentação desta lei, bem como a definição do caminamento do perímetro do Parque.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a “transferir a administração deste Parque para a Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7.313, de 1º-09-2000, que criou uma reserva ecológica no CPA, foi elaborada com o objetivo básico de legalizar uma situação esdrúxula que se criara em função de conflitos de competência envolvendo a Reserva Ecológica Massairo Okamura, criada por Lei Municipal, entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Isto porque aquela área pertence, de direito, ao Governo Estadual e o Município não tinha, como na tem, poderes nem competência para legislar sobre ela.

Desta forma, a Reserva Ecológica Massairo Okamura, apesar de conhecida e considerada existente, não tinha amparo legal que a sustentasse, resultando a ocorrência de invasões e a continuidade dos atos do Governo de Estado em doar áreas de terra da suposta reserva para a construção de prédios, casos da AMM, Templo da Igreja Assembléia de Deus. Entre outros. Com isso, a reserva perdeu significativamente parcela de sua área original e, ante o impasse jurídico-institucional, caminhava para um triste fim, que seria a sua ocupação total por prédios públicos, privados e para outras finalidades não a da conservação da área.

Posto que a Lei Municipal que criara a unidade de conservação determinava que a mesma fosse uma reserva, ficou subentendido que esta era a classificação ideal para aquele local, até porque a mesma abriga as nascentes dos córregos Mãe Bonifácia e Gumitá, o que caracteriza sua importância e fragilidade. Assim, entendeu-se que deveria ser mantida aquela classificação na proposição que deu origem à Lei estadual, até porque não se haveria de duvidar da “competência dos vereadores, que a aprovaram, e do Prefeito, que a sancionou.

No entanto, mudanças nas legislações ambientais no intervalo de tempo entre uma lei e outra, que tornaram mais rígidas as regras de conservação de Reservas Legais, bem como as alterações ocorridas na área em função das invasões e construções, mudaram a forma de entender a utilização destes espaços, que passam a ser mais interessantes como pontos de integração entre homem e natureza. A conclusão de que a flexibilização do uso da área é interessante e deve ser concretizada, levou a ideia de se mudar a lei para adequá-la aos novos padrões propostos.

Esta possibilidade nasceu das reuniões realizadas com instituições que lidam com o assunto e que levaram a concluir que, no momento, a melhor solução para aquela Unidade é a de caracterizá-la como um parque, unindo assim a preservação da área com a criação de uma opção de lazer para a população circunvizinha, como ocorre com o Parque Mãe Bonifácia.

Daí a apresentação deste projeto, que visa, antes de tudo, aperfeiçoar uma Lei de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da cidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 23 de fevereiro de 2001.

Deputado CARLOS BRITO – PSDB”

2ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro no que dispõe o Regimento Interno desta Casa, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, a realização de uma Audiência Pública no Auditório Milton Figueiredo, para discutir com a comunidade interessada, ONGs, Instituições e pessoas físicas, a questão da legislação e implantação da Unidade de Conservação criada no CPA, conhecida como Reserva Massairo Okamura, inclusive a mudança da categoria de Reserva Ecológica para Parque Estadual, em data a ser posteriormente definida.

JUSTIFICATIVA

A Unidade de Conservação criada em área do Centro Político Administrativo do Estado – CPA, parece ter nascido sob a égide da polêmica e do contraditório.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Criada por Lei Municipal, não pode ser implantada, posto que o terreno pertencia ao Estado, e este não providenciou a sua transferência para o Município após a promulgação da Lei, por inércia e/ou falta de vontade política. Deste vazio legal resultou que partes significativas deste terreno foi invadida por grileiros e, pior, doados pelo Estado para construções de diversos prédios.

Aprovada a Lei Estadual que dava o *status* de Reserva Ecológica à área, ficaram resolvidas, em parte, a questão das invasões e futuras doações, porém novos desafios vêm se apresentando para concretizar a implantação da Unidade, tais como: o tratamento que se deve dar às áreas invadidas, o tamanho e destinação da Unidade – parque ou reserva -, a competência de sua administração – Estado ou Município -, entre outros.

Uma vez que a criação de Unidades de Conservação dentro do perímetro urbano das cidades, como neste caso, interfere com o cotidiano da comunidade em vários aspectos por estar ligada a questões que vão do meio ambiente ao lazer, e neste caso com o agravante das dificuldades para a completa definição da Unidade, parece ser importante a participação do máximo de pessoas envolvidas com o assunto, em um debate franco e aberto para que sejam disseminadas informações e colhidas propostas, com a finalidade de consolidar e aperfeiçoar a implantação da Unidade. A Audiência Pública é um dos instrumentos mais hábeis para se conseguir este intento.

Daí a razão deste Requerimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 23 de fevereiro de 2001.

Deputado CARLOS BRITO – PSDB”

Ainda sobre a mesa, proposição de autoria do Deputado Chico Dalto.

REQUERIMENTO:

Francisco Tarquínio Dalto (CHICO DALTO) – Deputado Estadual com assento à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, requer a Vossa Excelência, com base nos termos do Art. 32, inciso I, § 3º, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 145, inciso IV, do Regimento Interno, licença para exercer a função de Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, do Governo do Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Neste Termos,

Pede deferimento.

Cuiabá, 23 de fevereiro de 2001.

Deputado Francisco Tarquínio Dalto.”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT- Sr. Presidente, nobres Pares, nós vamos usar do Grande Expediente para voltar a falar sobre o combustível vegetal. Pode até ser que eu seja um pouco cansativo, um pouco enjoado com essa situação, mas isso porque nós vemos um horizonte, uma possibilidade de criar neste Brasil, neste Mato Grosso, uma grande expansão de emprego, de receita, para que nós possamos dar mais liberdade àqueles que querem trabalhar e que vivem no interior do nosso Estado.

Eu vou relatar dois ou três fatos que ocorreram, não só em nossa propriedade, como em propriedades de vizinhos nossos, e o povo está desesperado naquele interior – pode ser até por falta de emprego. E nesse caminho nós estamos lutando pelo nosso combustível vegetal, e vamos criar dezenas e milhares de empregos nesse Estado de Mato Grosso.

Deputado Eliene, só para Vossa Excelência ter uma idéia, nós, hoje, se tivéssemos usando na frota de Mato Grosso o combustível vegetal, se nós usássemos da maneira como está determinado hoje, com 10% de álcool e 2,4% de AEP, que é extraído da soja, nós aumentaríamos o consumo de soja aqui no Estado de dois milhões para dezoito milhões de litros. O álcool que nós não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

consumimos nem um pouco, através do diesel, nós passaríamos a consumir aproximadamente, por mês, no Estado, dezoito milhões de litros! Isso só no Estado de Mato Grosso, que é a nossa produtividade. Este ano devemos aumentar, porque a safra está bastante próspera, e será uma safra boa este ano por causa da chuva, nós deveremos chegar a setecentos ou oitocentos milhões de litros.

Então, nós não damos conta de produzir para o consumo do Estado. Se nós chegarmos um dia a fazer isso, o nosso negócio vai repercutir no território nacional, nós deveremos chegar a 10% do consumo de diesel, que é de trinta milhões por mês. Aí, calculem: trinta milhões por mês, mais 10% em cima disso, porque o Brasil hoje só produz doze milhões de litros de álcool/ano, sendo que desses doze milhões, oito milhões vão para o álcool combustível, e só quatro vão para o álcool anidro. Há um único lugar no País que tem espaço para aumentar o plantio de cana e o plantio de soja, e se nós mudarmos essa vegetação em nosso Mato Grosso, em nosso Pará, em nosso Tocantins, em nosso Maranhão, nós vamos triplicar isso e vamos dar serviço para a sociedade, serviço com rentabilidade, Senhores.

Não adianta falar que vai pegar o pessoal e vai mandar fazer represa lá no Nordeste!... O Governo fica gastando dinheiro lá, fazendo poço d'água no Nordeste, mas não chove para encher o poço, e não tem retorno para poder esse povo viver outra vez, não tem. E tem um nordestino meio louco, que veio, criou, era até mato-grossense, mas foi para o Nordeste vencer as dificuldades, e ele criou o combustível AEP, mas hoje o grupo alcooleiro do Estado de Mato Grosso assumiu o sistema, construiu, está aqui no Distrito Industrial. É uma indústria que custou, aproximadamente, cinco milhões de reais, valendo dois e meio milhões de dólares. E nós estamos com ela lá, parecendo um elefante branco ainda, porque não está em atividade, para nós usarmos o combustível em nossos veículos urbanos – eu já estou usando desde 1996, mas eu tenho que ir lá na destilaria e trazer escondido o álcool anidro, porque estou trazendo uma mercadoria contrabandeada...

O Sr. Moacir Pires – Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AMADOR TUT – Eu vou só terminar meu raciocínio e já concedo o aparte, nobre Deputado.

Eu estou trazendo mercadoria contrabandeada, porque não tenho autorização, nem a destilaria pode emitir uma nota fiscal e vender diretamente para o consumidor o álcool anidro. O álcool anidro só pode ser repassado para a PETROBRAS, e a PETROBRAS repassa para a mistura e vende junto com a gasolina, mas junto com a gasolina não tem como comprar! A PETROBRAS não pode me vender isso, e não há também como adquirir através da PETROBRAS, porque aí nós acabamos saindo do nível de custo, porque fica muito desequilibrado.

Nós precisamos, é uma quantia insignificante, no dia em que o Estado todo estiver usando, aí eu até acredito que se possa montar na distribuidora, porque aí vai ter que ter uma distribuidora para sair para todos os postos, mas, de imediato só eu estou usando. A PETROBRAS não tem como fazer uma mistura no produto que vai ser entregue para outra empresa, porque é insignificante... Por exemplo, a distribuição de óleo diesel no Estado é de cento e vinte milhões de litros, e eu vou adquirir de lá, para consumir o nosso produto, que é na área urbana, oitocentos mil litros, só!

Então, não justifica eu ir atrás da PETROBRAS para fazer um negócio como esse, é impossível. No dia em que atingir a distribuição total, até acredito que eu possa não ter mais necessidade de fazer isso, porque até seria impossível para mim, eu chegar num posto de gasolina, porque o mesmo tem imposto para vender e chegar lá e falar: “Não! Esse fui eu mesmo que misturei”. Eu perco até a credibilidade.

Hoje, eu preciso desse negócio, mas acontecendo dessa maneira, eu indo lá e trazendo o produto... Se for para pagar imposto, já é isento de imposto – o álcool anidro é isento de imposto -, nós pagamos álcool, do álcool combustível, esse nós pagamos, ele tem imposto, mas o anidro não tem, é isento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Portanto, esse nosso pedido, eu entrei com Requerimento, já fui à Secretaria de Indústria e Comércio com esse Requerimento... Há mais de dois anos eu vivo andando com isso lá dentro. E se vai num Secretário, se vai num departamento, num outro setor, mas em hora nenhuma eles acham, porque, de fato, não tem um segmento, ainda não existe um fato desse... Se formos nos basear em lei federal, de fato, existe, mas nós temos que começar a fazer as coisas – se nasce uma coisa na região, nós temos que criar.

Então, que autorizem provisoriamente, ou, ao menos, fique sabendo. No ano passado até pegaram um caminhão nosso e fizeram um escândalo. Levaram a televisão, fizeram um escândalo tremendo e, quando chegaram lá, disseram: “Olha, nós vamos prender, vamos fazer isso...” “ Eu falei: Vocês estão cansados de saber, nós estamos falando na televisão, todos os dias, que nós estamos usando isso. Se vocês querem prender, prendam! Podem soltar, podem fazer o que vocês quiserem... Depois eles fizeram aquele barulho danado, levaram a televisão lá no Posto 120 para mostrar o nosso caminhão, que vinha com cinco mil litros de álcool dentro.

Ora, eu tenho que trazer! O que querem que eu faça? Querem que eu carregue num baldinho, que a cada dia eu vá buscar dez litros?

E até para conseguirmos passar mais escondido, tivemos que mandar uma carreta de trinta mil litros, colocar dez mil litros dentro, fazendo de conta que não tinha, para poder passar, porque se eu colocar num caminhão dez mil litros, ele vai ver que o caminhão está cheio e que não tem nota fiscal. Um dia desses eu estava lá e barraram... Havia quem sabia que esse álcool estava vindo para nós.

Então, é isso. Eu estou trazendo. Vocês não sabem disso? Está escrito nos jornais! Nós fizemos festa na cidade, soltamos mil pombos, soltamos bexiga, e não estou usando?! Agora, eu estou usando de onde? É claro que eu estou buscando da usina. Agora, está lá. Largaram por lá. Falaram: “Nós vamos esquecer isso, mas você não pode fazer mais.” Eu não posso fazer, mas eu vou continuar fazendo até que vocês autorizem!

Agora, eu cansei de andar com isso sozinho, de lutar sozinho, eu quero solicitar o apoio da Assembléia Legislativa...

O Sr. Moacir Pires – Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AMADOR TUR – Com todo prazer, Deputado.

O Sr. Moacir Pires – Eu quero solicitar aos Srs. Deputados que apoiem e ajudem Vossa Excelência nesse Projeto, porque é um Projeto muito interessante. Nós já tivemos problema com o álcool, por não termos para quem vender álcool em Mato Grosso. E Mato Grosso é um grande produtor de álcool. Houve uma época em que as usinas não tinham como estocar mais álcool, e nessa campanha nós precisamos comprar álcool e toda a produção já estava comprometida devido a esse projeto, na mistura do álcool ao óleo diesel.

Então, eu acho que é um Projeto muito interessante, um bom Projeto. Se vossa Excelência solicitar o apoio do Líder, Deputado Rene Barbour, eu tenho certeza de que ajudará bastante; assim como o Deputado Riva, do Deputado Humberto Bosaipo, que transitam muito bem junto ao Governo e que ajudarão a aprovar com mais rapidez e andar nos trâmites legais no Estado de Mato Grosso, para que Vossa Excelência não tenha que dizer, na tribuna, que está andando com uma carreta de trinta ml litros, e carregando dez mil litros.

Parabéns pelo Projeto! Pode contar com a Bancada do PFL, que representa a classe produtora aqui na Assembléia Legislativa, porque eu sou um dos Parlamentares que representa a classe produtora do Estado. Se depender do Deputado Moacir Pires, o seu Projeto vai ser aprovado e com a maior rapidez. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr Hermínio J. Barreto – Concede-me um aparte, Deputado Amador Tut?

O SR. AMADOR TUR- Concedo um aparte a Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Hermínio J. Barreto – Deputado Amador Tut, eu gostaria de cumprimentá-lo por esse Requerimento.

O mais importante do Requerimento é que, em tão boa hora, Vossa Excelência tem sido uma voz de luta favorável ao combustível alternativo. O mundo inteiro está discutindo e vai discutir, brevemente, a alternativa do petróleo.

O Brasil, há quase vinte anos, saiu na frente com o motor a álcool, com o veículo a álcool, e Vossa Excelência, em tão boa hora, aqui no Estado de Mato Grosso, abraça uma causa para o combustível alternativo, que pode até baratear o custo da passagem de ônibus para a população.

E o mais importante é que o Presidente desta Casa, Deputado Humberto Bosaipo, puxou a responsabilidade do trabalho desta Casa, convocando o Secretário de Indústria e Comércio para discutir com a sociedade, para dar fim à polêmica e autorizar, realmente, Vossa Excelência e toda a indústria do álcool do Estado a ter essa solução.

O Secretário terá que vir, aqui, explicar para a Comissão de Indústria e Comércio desta Casa, para a Mesa Diretora, porque realmente tem que haver uma solução final para que Vossa Excelência não fique, evidentemente, pegando álcool e não dizendo para que é o álcool, quando Vossa Excelência quer a mistura do álcool com óleo diesel, para transformar essa alternativa de grande importância para o setor econômico deste Estado – é o Estado que vai ganhar!

Portanto, eu quero cumprimentá-lo, Deputado Amador Tut. Esse Requerimento terá o apoio de todos os Srs. Deputados e da Deputado Serys Silhessarenko, e o Presidente Humberto Bosaipo nos confirmou que o Secretário de Indústria e Comércio deverá vir a esta Casa para dar uma solução final e autorizar, para que não haja nada às escondidas. Parabéns, Deputado Amador Tut!

O Sr. AMADOR TUT – Obrigado, Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Eliene – Concede-me um aparte, Deputado Amador Tut?

O SR. AMADOR TUT – Concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Eliene – Eu quero parabenizá-lo também pela iniciativa do Requerimento e dizer que conte com o nosso apoio.

Nós precisamos ter alternativas, tanto no campo ambiental, em que é extremamente importante a questão do álcool, do combustível não poluente, como no campo econômico.

Há alguns dias eu vi um estudo demonstrando que o Brasil, para sair da dificuldade, da pobreza, precisa ter um crescimento, durante vinte anos consecutivos, de 4,5% no seu PIB, anualmente. Se não houver ideias inovadoras, em busca de alternativas, realmente fica difícil. Em 1999, quando se chegou a esse estudo, concluímos que o PIB teve um crescimento um pouco acima de zero, e isso trará para a população uma grande geração de empregos.

Também eu gostaria de fazer uma observação do social. Observávamos que o álcool estava com um preço muito baixo e, de repente, foi lá para cima. É preciso procurar um meio-termo para que tenha também o alcance social, a participação, o acesso a um combustível onde o empresário ganha, ele se populariza, vem somar na questão ambiental, mas tenha também um acesso da classe mais pobre, de quem trabalha, de quem tem um automóvel como instrumento de trabalho. Muito obrigado.

O SR. AMADOR TUT – Eu agradeço o aparte e peço à Taquigrafia que sejam incluídos os apartes dos três nobres Pares.

Eu queria fazer aqui até uma exposição de motivos para que Vossas Excelências tenham uma ideia do que aconteceu.

Nós estávamos aqui no ano de 1999, em setembro de 1999, quando várias usinas do Estado de Mato Grosso, várias usinas da Federação tiveram que parar de moer, porque estavam com os tanques cheios e não tinham onde colocar. Eles tinham que ficar uma semana sem moer, até conseguir vender. Em maio de 2000 – de novembro de 1999 a maio de 2000, olhem quantos meses tem? -, já tinha

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

caminhão na porta das usinas esperando moer para carregar. Então, não dá para acreditar como consumimos, em cinco meses, com tanta produtividade e consumo, acabaram-se doze milhões de litros que existiam estocados, que é a capacidade de estoque que nós temos no Brasil.

E por que o preço subiu? O preço subiu porque eles têm que justificar o preço da gasolina, eles não concordam que o álcool custe menos que 75% da gasolina, porque quando a gasolina subiu e o álcool ficou menos de 70%, todos os donos de carro, qualquer um deles encostava na bomba e falava: “Põe dez de gasolina e dez de álcool”.

Então, para se ter uma ideia, tem um posto em que eu vendia, nesse período, 45 mil litros de álcool, e agora, por causa da subida de preço, veio para quinze mil litros de álcool. E agora acabou o álcool, mas como isso aconteceu? Isso está guardado debaixo de sete chaves, num lugar qualquer, porque não tem como, nós tínhamos o álcool dentro dos tanques, não era para falar que não tinha, porque nós tínhamos que parar, não tinha onde moer e colocar, inclusive na usina da BARRALCOOL tinha depósito, em tudo quanto era lado. Se tinha dez tanques num lugar, nós enchíamos os dez tanques de álcool. Tivemos até um azar tremendo, porque nós fomos levar da COOPEVE para Mirassol d'Oeste, e lá foram enchidos os tanques, que eles têm um depósito, a COOPEVE pegou cinco milhões de litros, a própria BARRALCOOL pegou dez milhões de litros do depósito lá. Ao levarmos esse álcool da COOPEVE para lá, só meu, foram dois caminhões embora com o álcool, e o caminhão também, porque foram roubados no meio do trecho. É, então, uma coisa assim... E depois desapareceu!

E agora teve que subir o preço, é essa confusão danada! Nós estamos sabendo que com essa redução que eles colocaram, de 26% para 22%, no consumo da gasolina, a partir de 2003, nós vamos ter um problema sério de novo, porque está todo mundo projetando para plantar, está todo mundo programando para aumentar a produtividade. No ano passado devia ter se produzido seiscentos e poucos milhões, este ano nós devemos produzir oitocentos milhões, e para o ano de 2002, dentro da perspectiva, dentro da lógica que está, nós devemos chegar, em Mato Grosso, a um milhão, um milhão e cem mil litros.

E o nosso consumo, hoje, já está sendo reduzido, porque no mesmo posto que eu vendia, quando o álcool estava custando metade da gasolina, que eu vendia quarenta e cinco mil litros por mês, hoje eu só vendo quinze mil litros, porque a pessoa vai chegar lá e não vai pôr álcool no carro, vai pôr só gasolina. E não tem diferença, Senhores! Não tem! Muito pelo contrário, nós vamos gerar só emprego e receita para o Estado...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO – FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Comunico que o nobre Deputado dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. AMADOR TUT- Deputado Chico Daltro, até quero fazer um parâmetro, Vossa Excelência, como Secretário de Agricultura, está muito bonito aí, hoje, falando que nós somos os maiores produtores de algodão, que somos os maiores produtores de grão, mas para trazer a receita desse dinheiro que nós aplicamos no algodão e no grão, nós dependemos do mercado externo, nós dependemos do consumo, e quem falou que roupa é consumo assim que cresce, dobra e conseguimos vender? Não é!

Agora, o nosso combustível vegetal é totalmente consumido, Senhores! É diferente, não só por nós não termos que importar, nós não temos que gastar dinheiro, tirar dinheiro daqui, termos o produto nosso, uma mercadoria nossa, nós aqui no Mato Grosso podemos gritar independência, viver com o nosso produto, nós não precisaremos de ninguém, e com rentabilidade. Hoje, se nós produtores formos vender o litro de álcool como está sendo vendido... Hoje está sendo vendido a sessenta centavos o litro, nós temos condições de viabilizar economicamente, e todos aqueles que lá trabalham, todo o pessoal da zona rural, Deputado Eliene, ele terá a sua vida de seis meses trabalhando na usina e seis meses cuidando da sua vida, do seu sítio, da sua fazendinha.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Então terá uma agregação de valor totalmente diferente, e não se ficará nessa situação que nós estamos hoje, sendo assaltadas as fazendas, falam que não tem o que comer, vou lá buscar naquela fazenda, aquilo e aquilo outro.

Hoje, por exemplo, onde estão os barracões de soja e os próprios barracões de algodão, tem lá um valor muito grande agregado e indefinido, tem lá uma caravana, de fora, com carabina, esperando escurecer para ver se o ladrão não vinha buscar.

Então, nós temos que mudar isso, e Mato Grosso pode ser que não, mas isso aqui como diz o governante, aquele nordestino que aqui esteve, o Garcia Neto, “Mato Grosso é o Estado solução”, Senhores! Aqui nós vamos ter minério, não é no chão, nós vamos tê-lo na flor da pele, na terra, em cima, e é renovar, tirar toda essa poluição. Para os Senhores terem uma ideia, se nós fizermos essa mistura de até 12%, porque nós podemos chegar a uma mistura de 30%, se fizermos uma mistura de até 12%, nós já tiraremos 60% da poluição.

Sr. Presidente, eu sei que tem o dever do horário, nós vamos encerrar, mas eu gostaria, numa outra oportunidade, de voltar a falar, até vou trazer mais dados, ver como é que está a dificuldade da nossa própria usina. Inclusive, eu quero convocar o Sr. João Petrônio para vir aqui para conversarmos, para que nós possamos mudar de uma vez por todas, sair da miséria para a fartura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Sugiro que Vossa Excelência se inscreva nas Explicações Pessoais, ainda na Sessão de hoje, porque se trata de um tema extremamente interessante e que Vossa Excelência domina com muita clareza.

O Sr. Roberto Nunes – Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela Ordem, mas era pela Liderança, e gostaria de passar a palavra, pela Liderança, ao nobre Deputado Riva.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós estamos com as inscrições do Grande Expediente, e queremos, pelo menos nessa Sessão, obedecer a essa gradação.

Indago ao nobre Deputado Emanuel Pinheiro, que tinha me consultado, se Vossa Excelência concorda em passar a palavra ao Deputado Riva, por solicitação do Deputado Roberto Nunes, porque a inscrição do Grande Expediente é minha e eu transferi para Vossa Excelência.

O Sr. Emanuel Pinheiro – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA – Eu prometo ao meu amigo Deputado Emanuel Pinheiro que vou ocupar o menor espaço de tempo possível, para Vossa Excelência fazer o seu pronunciamento, e agradeço ao Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu uso o Grande Expediente apenas para falar a respeito do meu Partido, o PSDB. E por quê, Sr. Presidente? O PSDB tem sido manchete nos principais jornais desta Capital, e sempre mostrando divergências internas do PSDB – eu prometi que usaria dez minutos, mas vou usar cinco, porque vou ceder ao Deputado Benedito Pinto cinco minutos -, fruto logicamente, da pretensão na disputa de uma candidatura majoritária, especificamente para a sucessão do Governador Dante de Oliveira.

Eu quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer uma defesa do meu Partido. Por que o PSDB enfrenta essa disputa interna? Exatamente, Deputado Emanuel Pinheiro, porque o PSDB tem os melhores nomes para a disputa da sucessão do Governador Dante de Oliveira, respeitando lideranças consolidadas que nós temos neste Estado!

E eu já comentei, certa feita, quando o Senador Blairo falava em ser candidato a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Governador, eu disse que o Deputado Humberto Bosaipo era um homem muito mais preparado, em melhores condições, com grande liderança política, grande capacidade de articulação, mas nós não podemos nos omitir de dizer, não podemos deixar passar para a sociedade a imagem de que o PSDB é hoje um Partido em conflito. Na verdade, o PSDB não é um Partido em conflito! É um Partido com lideranças sólidas e, diga-se de passagem, só tem, só vem à tona essa divergência, exatamente porque nós temos mais de um nome que postula a sucessão do Governador Dante de Oliveira.

E qualquer um dos dois nomes, Deputado Carlos Brito, tem plenas condições de vencer nas eleições e de ser o Governador do Estado, por essa razão tentam mostrar o PSDB como um Partido que vive eternamente em conflito, e isso não é verdade! Por que outros Partidos – e aqui eu cito, sem nenhum demérito, o PFL – por que o PFL não enfrenta esse conflito?...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Solicito ao Deputado Eliene que assuma a direção dos trabalhos.
(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:34 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) – Continua com a palavra o Deputado Riva.

O SR. RIVA – Por que o PFL não tem esse conflito? Por que o PMDB, ao lançar o nome do Senador Márcio Lacerda, por quem eu tenho um grande respeito, uma grande admiração, não gerou nenhuma disputa interna, nenhum conflito? Porque, logicamente, eles não têm nomes, tantos nomes quanto tem o PSDB, que tem o Senador Antero Paes de Barros, que tem o Prefeito Roberto França. E, se por ventura saírem os dois do Partido, haverá mais dez nomes dentro do Partido em condições de pleitear essa candidatura! Eu não quero dizer que o Partido quer perder. O Partido não quer e não pode perder Roberto França, que é o Prefeito da Capital, que faz, sem dúvida nenhuma, um grande trabalho nesta Capital; não quer e não pode perder a liderança do Senador Antero Paes de Barros, que é, sem dúvida nenhuma, uma das grandes lideranças do Partido.

E o Partido mostra maturidade quando o Governador Dante de Oliveira, que é a maior liderança do Partido, conversa com o Prefeito Roberto França, conversa com o Senador Antero Paes de Barros, e convoca uma comissão para buscar o entendimento interno, o estabelecimento de um critério que não seja a prévia.

Por sinal, é bom que se diga, quando se plantam divergências e se fala que tem cartas marcadas, não é verdade! Eu, que me considero um aliado do Governador Dante de Oliveira, que sempre fui simpático à candidatura do Senador Antero Paes de Barros, sou contra as prévias! Logicamente, se fosse carta marcada, eu deveria, neste momento, estar aqui defendendo as prévias. E não é verdade!

Eu entendo que o Partido tem que sair unido, para chegarmos à sucessão do Governador Dante de Oliveira. Não tenho dúvidas de que o Partido vai sair e que isso não é uma crise, não é um conflito permanente, como tentam pregar. Respeito a opinião de todos, mas o Partido só vive esse momento pela riqueza dos nomes que postulam o cargo máximo, que é a sucessão do Governador Dante de Oliveira.

O Sr. Carlos Brito – Permite-me um aparte, Deputado Riva?

O SR. RIVA – Concedo um aparte ao Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito – Deputado Riva, o seu pronunciamento, eu acho que é o tipo de manifestação construtiva, que contribui, que edifica, principalmente Vossa Excelência, que pleiteia no nosso Partido uma candidatura ao Senado. E o próprio pleito, por si só, exige preparo, maturidade, disposição de ser líder e de saber ser líder, como qualquer cargo de maior expressão, e Vossa Excelência tem a tônica do exercício do diálogo, da busca, do entendimento, por mais difícil que seja, e eu acho que é exatamente isso que PSDB está precisando, dessas manifestações de respeito às opiniões.

Se não somos monges, nem freiras, que não sejamos arautos da discórdia e do desentendimento. Não precisamos ser aqui discípulos de Lúcifer, se não queremos pregar a paz e a união.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Eu quero! E vejo que Vossa Excelência e muita gente do PSDB quer essa paz interna, quer essa unidade, porque entende que essa é a melhor coligação que o PSDB pode fazer.

Eu vejo com muita preocupação, quando percebo uma vaza de ranços outros, de motivações externas dos interesses partidários, numa discussão que interessa diretamente, primeiro, à sociedade de Mato Grosso, à população mato-grossense, e, segundo, ao Partido.

Então, eu vejo que os rumos precisam ser alterados, que Vossa Excelência tem muito e pode muito contribuir nesse processo. Se nesta linha, porque, infelizmente, na nossa pequenez, nós não temos, muitas vezes, espaço interno para colocar as nossas exposições, muitas vezes desconsideradas, se bem que lembradas durante as campanhas eleitorais. E vejo que, por nossa história pessoal até, nós merecemos um pouco de consideração, e não será apregoando ódio e discórdia, que iremos encontrar o caminho melhor para o nosso Partido.

Quero aqui desqualificar essas posições em busca do desentendimento, e ressaltar posturas como a de Vossa Excelência, em nome do PSDB e em nome de uma perspectiva histórica que o PSDB coloca ao povo de Mato Grosso, quando nossas lideranças vislumbram uma possibilidade real de colocarem-se no cenário nacional, de tirarem o nosso Estado, administrativa e politicamente, de uma situação interiorana, mas alguns insistem em ter táticas superadas, arcaicas e provincianas.

O PSDB não é isso. Portanto, me somo a essa posição de Vossa Excelência no que se refere à defesa intransigente, radical, mas na busca do diálogo, do entendimento. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RIVA – Agradeço o aparte do nobre Deputado Carlos Brito, pessoa que tem uma militância partidária muito forte e, sem dúvida nenhuma, contribui muito para o crescimento desse partido.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho – Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. RIVA – Eu vou conceder um aparte ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho, mas quero concluir.

Eu me reservo no direito de discordar de determinadas posições, como coloquei ontem ao meu amigo e companheiro Deputado Alencar Soares, dizendo que discordava frontalmente, não da expulsão, mas do simples fato de se aventar a discussão de expulsão de uma grande liderança, como é o caso do Prefeito Roberto França, do PSDB; como discordava também, e continuo discordando, de se falar na expulsão do nosso companheiro Deputado Alencar Soares, que, com certeza, é uma grande liderança na sua região.

O Partido precisa buscar o entendimento que vem buscando. Agora, o Partido, para encontrar esse entendimento, Deputado Carlos Brito, precisa se fazer surdo para o que vem das ruas, para o que não seja em benefício do próprio Partido e que seja daqueles que querem desagregar, que só têm uma forma de ver o PSDB fraco, que é conseguindo plantar a discórdia dentro do PSDB. E nós não podemos aceitar isso! O PSDB tem que ter maturidade para resolver suas questões internas, dentro do próprio Partido, e entra o equilíbrio de pessoas, como por exemplo o ex-Deputado Luiz Soares. Eu fui um dos críticos, enfrentei muitas divergências com o ex-Deputado Luiz Soares, temos dificuldades de relacionamento, mas em momento algum neguei a competência e a capacidade do ex-Deputado Luiz Soares como dirigente partidário, como homem de equilíbrio e que sempre buscou o fortalecimento do Partido, em todos os momentos.

Concedo o aparte ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho – Nobre Deputado Riva, 1º Secretário, nobre Deputado Carlos Brito, companheiros Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, Deputado Chico Daltro, Secretário de Agricultura.

Eu ouvi o pronunciamento de Vossa Excelência, ouvi ontem o Deputado Carlos Brito,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

e a discussão sobre o PSDB. Primeiro, quero deixar bem claro que eu não acredito em comissão, Deputado Riva. Vossa Excelência me perdoe, mas quando montam uma comissão é para enrolar. Acho que o Governador, o grande Líder do PSDB, simplesmente tirou o problema da mão dele e passou para uma comissão, e eu acho que essa comissão, a maioria dos membros que estão lá é indicada pelo Governador.

Vem a questão do Roberto França, que não aceitou a prévia. Eu acho que o Roberto França deveria aceitar a prévia, mas a prévia de que maneira? Que se faça uma eleição na cidade, mas não em diretório, porque diretório não é a base de sustentação do Estado, de maneira nenhuma. Não poder ser os membros do diretório que vão dizer se é Antero ou se é Roberto França. Vamos para o pau, no voto a voto, município por município, e vamos ver quem é que vai dar. Aí, eu acho que o Roberto França devia topa. E não esse negócio de diretório, isso já está conduzido, todo mundo sabe o que vai dar. Roberto França, que caiu fora dessa, é carta marcada para ir ao matadouro. Agora, votar uma comissão para isso, é brincadeira! Está na cara que essa comissão vai dar o Senador Antero Paes de Barros, ou alguém tem dúvida aqui?! E Vossas Excelências acham que o Roberto França é idiota de dar um prazo de sessenta dias? Ele deu para definir a questão política dele. Daqui a sessenta dias, é claro: “Se eu não me definir, eu não sou candidato?” Tudo bem! “Eu vou procurar o meu rumo.” É um direito dele!

Aí vem aqui a questão de fidelidade ou não! Se nós formos falar de fidelidade do PSDB, vamos pegar nós todos aqui e fazer um julgamento, inclusive o Secretário do Governo Dante de Oliveira, que já está abertamente fazendo campanha, coligado com o PFL e com todo o mundo, e dizendo: “Você me apoia e acabou!”. Ou alguém tem dúvida disso aqui?

Então, eu acho que o PSDB – o Deputado Carlos Brito usou um termo bem claro – precisa fazer de novo um fechamento para o balanço, sim? Nós precisamos fechar para balanço e analisar. Olha o que o Deputado Alencar Soares colocou no jornal! Falar em expulsar Roberto França, porque está conversando...

Olha o que Vossa Excelência passou, Deputado Riva, chegar numa plenária daquela e discutir se Vossa Excelência seria expulso ou não do PSDB. É muita brincadeira, e uma falta de respeito com Vossa Excelência, que tem uma história no Partido e tem uma história de voto. O homem mais votado de Mato Grosso ser julgado por quem nunca teve voto, é brincadeira, é uma piada!

Então, vamos entregar esses cargos, entregar tudo para os diretórios, para os “Rui Mendes da vida”, para Luiz Soares e companhia limitada, e para o grupo deles. Política se discute é na base, é no voto, não é em conversa fiada de comissão!

O SR. PRESIDENTE (ELIENE – FAZENDO SOAR A CAMPANHA) – Comunico que o nobre Deputado Riva dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. RIVA – Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Wilson Teixeira Dantin, mas só me cabe discordar de uma parte do seu pronunciamento. Primeiro, a comissão não foi formada pelo Governador Dante de Oliveira, e aí é necessário dizer, Deputado Wilson Teixeira Dantin, que eu só faço parte dessa comissão por indicação do Prefeito Roberto França, assim como faz parte da comissão, por indicação do Prefeito Roberto França também, a Executiva do Partido, da qual fazem parte quatro membros: Paulo Ronan, Luiz Soares, Rui Mendes e José Carlos Novelli! O Governador é o coordenador dessa comissão. Portanto, não se eximiu de suas responsabilidades, como Líder maior do PSDB, em busca do entendimento interno.

Eu discordo de Vossa Excelência... (NESTE MOMENTO, O ORADOR É INTERROMPIDO POR UM DEPUTADO – INAUDÍVEL)... Eu agradeço ao Deputado Emanuel Pinheiro e ao Deputado Carlos Brito.

Eu discordo de Vossa Excelência, e também gostaria de dizer que discordo de toda e qualquer posição radical. Vossa Excelência cita o voto a voto... O voto a voto é o momento maior de uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

disputa eleitoral, que é a eleição. Logicamente, se o Partido puder buscar um entendimento sem a realização dessa prévia, eu não tenho dúvida de que ele chega mais unido, e esse é um argumento do Prefeito Roberto França, com o qual eu concordo! Não é porque alguém tem medo de perder, o Senador Antero Paes de Barros ou o Prefeito Roberto França, é uma estratégia partidária...

O SR. PRESIDENTE (ELIENE – FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Com a anuência do Deputado Emanuel Pinheiro, que cedeu seu tempo, Vossa Excelência dispõe de mais dez minutos.

O Sr. Carlos Brito – Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA – Eu agradeço, quero apenas reservar um tempo para o Deputado Benedito Pinto, a pedido dele, e prometo encerrar em cinco ou seis minutos. Apenas concederei um aparte ao Deputado Carlos Brito, em seguida, farei o encerramento e cederei o prazo ao nobre Deputado Benedito Pinto. Muito obrigado, Deputado Emanuel Pinheiro.

Concedo um aparte ao Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito – Nós precisamos, Deputado – quem estiver imbuído em buscar uma solução -, desemaranhar o rolo que virou essa questão, e desmitificar três situações básicas. Primeiro, a postura da comissão é correta, na minha opinião, e está legitimada, porque foram colocadas na condução, na direção do Partido, e o Governador Dante de Oliveira, como Líder maior, tem essa posição. Segundo, não houve ultimato nenhum por parte do Prefeito Roberto França. Isso foi, como Vossa Excelência disse, plantado, artificialmente colocado por quem – com quais interesses, aí é outra discussão. Terceiro, não há nenhuma restrição na discussão dos interesses do candidato Roberto França, do pré-candidato, junto com o PFL, e também conversou com o PMDB, com o PPS, e vai continuar com o PSB e com outros partidos.

Então, estrategicamente é tirar isso, desmitificar essas coisas... Querem restringir, como se o Prefeito Roberto França fosse ligado ao PFL e os outros Partidos conversassem só com o Senador Antero Paes de Barros. Isso não é real. Está todo mundo conversando com todo mundo. Tem que parar de conversar e vir conversar dentro de casa, dentro do Partido.

Eu acho que este é o caminho para todo mundo. Tem que parar com essa história: “Faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço.” Eu acho que este não é um conselho, mas uma opinião de alguém que torce para que se entendam e que as coisas deem certo.

Muito obrigado.

O Sr. José Carlos Freitas – Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RIVA- Eu vou conceder um aparte ao nobre Deputado José Carlos Freitas, mas solicito que seja breve, porque tenho um compromisso com o Deputado Benedito Pinto.

O Sr. José Carlos Freitas – Sr. Presidente, eu observo atentamente a discussão entre o PSDB e vejo, realmente, uma preocupação. Eu entendo também que o PFL encontra-se de portas abertas para receber Roberto França, caso haja um desentendimento no Partido de Vossa Excelência, como também o PPB, que é o meu Partido, também está à inteira disposição para acolher esse grande homem, trabalhador também, arrojado, Roberto França.

Também quero deixar em aberto a discussão, Sr. Presidente, dentro deste parâmetro, deste horizonte, há uma visão moderna para os estadistas adentrarem na política, em nível de governo de Estado, e nós temos também nesta Casa não somente Vossa Excelência como um grande candidato a senador, eu tenho visto que a sua candidatura será – com fé em Deus – consagrada.

E também nós temos o Prefeito Jaime Campos, do PFL, que está predisposto a uma candidatura e o nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo, que é um grande administrador, um homem público, que tem a sua visão estadista também neste Estado e que poderá, quem sabe, com o consenso dos Deputados, aqui colocar o Deputado Humberto Bosaipo diante do Palácio Paiaguás, no ano de 2002. Está aí aberta a discussão. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) – Solicito ao nobre Deputado Humberto Bosaipo que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. HUMBERTO BOSAIPO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:51 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Antes de passar a palavra ao Deputado Riva, quero agradecer a deferência do Deputado José Carlos Freitas, indicando-me para o Palácio Paiaguás. Pode ter certeza: se eu for, levarei Vossa Excelência junto.

Continua com a palavra o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA – Eu agradeço ao Deputado José Carlos Freitas.

Quero dizer, Deputado José Carlos Freitas, que o PSDB, eu não tenho dúvidas, vai chegar a um entendimento. Logicamente, o PSDB não vai apenas chegar a um entendimento interno, vai sair com uma candidatura majoritária consolidada.

Todos sabem que nós colocamos as nossas pretensões, mas sempre afirmando que o Partido seria o fórum de discussão dessa nossa pretensão. Logicamente, nós discutiremos com o Partido, mas eu tenho convicção de que o PSDB será grande para passar por cima de todas as divergências, por cima de todos os conflitos. E é aí que eu discordo de alguns companheiros.

Eu quero dizer que um Partido que tem Dante de Oliveira, que pode estar incluído num plano nacional, que tem Roberto França, que tem Antero Paes de Barros, que tem uma Bancada Estadual como a nossa, que tem uma Bancada Federal como a nossa, que tem um número de Prefeitos como o nosso – e aqui eu quero me referir a alguns companheiros, dizendo que nos já temos dezesseis prefeitos que vão se filiar ao PSDB, que eram prefeitos do PFL, do PMDB, alguns que o Governador nem sabe, que o Prefeito Roberto França não sabe, que o Senador Antero Paes de Barros não sabe, são pessoas do interior, prefeitos do interior que vêm somar conosco -, um Partido como o PSDB não pode estar em conflito. Pode, sim, estar vivendo uma disputa interna, que, eu tenho certeza, será resolvida dentro do próprio Partido.

Eu agradeço ao Sr. Presidente, ao Deputado Emanuel Pinheiro, aos Srs. Deputados.

Tenho um compromisso, Deputado Zé Carlos do Pátio, e não quero furar com o meu amigo, Deputado Benedito Pinto, que me abriu esse espaço, e vou conceder o restante do meu tempo ao Deputado Benedito Pinto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO – Ilustre Presidente, Srs. Deputados, eu sou acompanhante simpático da discussão, e a minha posição é rápida, porque eu tenho um outro assunto para tratar.

Deputado Riva, eu sou a favor de um grande entendimento, com categoria, com capacidade, que o nosso grupo tem, para podermos dar tranquilidade à população mato-grossense de ter um Estado em desenvolvimento.

Com relação ao meu assunto aqui, eu chamo a atenção dos meus companheiros de Várzea Grande, dos Deputados bem votados em Várzea Grande. Nós temos ali parte da assessoria do Prefeito Jaime Campos, diga-se de passagem, talvez pessoas que têm interesse em vir para a Assembléia Legislativa, que tentam dizer pelos bairros que os Deputados de Várzea Grande não fazem nada pelo município, que os Deputados não têm identidade com o município.

Eu estou vindo agora de um bairro de Várzea Grande, o Jardim Eldorado, pois havia sido convidado pela TV Centro América para gravar ali uma entrevista. Eu pensei seria algo referente à Assembléia Legislativa, à nossa ação como Parlamentar e, para minha surpresa, eu cheguei ali e havia uma população reunida pedindo água. Um bairro!... Um bairro supergrande, antigo, sem água, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Esses ditos assessores do Prefeito Jaime Campos, que não conhecem nada de nada,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

dizem que os Deputados Moacir Pires, Benedito Pinto e Nico Baracat são os culpados por não ter água no bairro.

Eu levei a lei que transfere toda a responsabilidade pelo saneamento básico para o município, para o prefeito, para a prefeitura, e estou também com uma cópia do Plano Plurianual, no qual esta Assembléia, nós Parlamentares carimbamos mais de vinte milhões para saneamento básico no Município de Várzea Grande, pelo BIRD-Pantanal, como também lá para Rondonópolis, numa briga dos Deputados Zé Carlos do Pátio e Hermínio J. Barreto. Todos nós tentamos carimbar recursos para os municípios, esta, sim é a nossa ocupação, o nosso dever.

E levei também uma comparação, mostrando que o Governador mandou para cá uma tabela para acertar para o municípios, e a luta desta Assembléia Legislativa zerar em alguns casos, e no caso específico de Várzea Grande a proposta original era de cinco por cento de desconto. A Assembléia Legislativa lutou, fez emenda, e conseguiu passar para trinta por cento de desconto. Trocando em miúdos, nós conseguimos uma economia para ao Município de recursos que servem para ele investir nessa área de saneamento básico. E mostrei outras e outras ações que os Deputados fazem aqui a favor de muitos municípios, Deputado José Carlos Freitas.

E aqui, Deputado Humberto Bosaipo, eu elogio Vossa Excelência pela preocupação de instalar a TV Assembléia, pois nós debatemos, nós estamos brigando para conseguir recursos para os municípios e ninguém fica sabendo! Acham que os Deputados, que não têm a chave do cofre para nevar a obra, para fazer o esgoto, fazer a estrada, eles não fazem nada. Nós trabalhamos atentos a todos os municípios!

Todos os municípios do Estado – diga-se de passagem que eu e o Deputado Humberto Bosaipo, que já estamos aqui há mais de dez anos, participamos da criação de mais de cinquenta municípios nesse período -, os cento e quarenta e dois estão sendo assistidos por Parlamentares. Todos estão sendo assistidos. Essa semana mesmo, há a luta dos Deputados a favor dos municípios que foram recém-criados, levando benefícios para lá.

Aqui foi votada, há dois anos, uma Emenda, proporcionando um aditivo do Governo do Estado com o Banco da Itália, que está construindo as pontes aqui no Estado de Mato Grosso, e nessa Emenda, nesse aditivo, nós conseguimos, aqui na Assembléia Legislativa, implantar e fixar no aditivo recursos para que o Governo possa fazer a duplicação da 31 de Março, e ligar, através da Ponte Sérgio Mota, que será uma ponte modelo para o Grande Cristo Rei, Cuiabá e Várzea Grande. Sem falar na luta que eu e o Deputado Nico Baracat tivemos para colocar no Programa Mato Grosso/Itália a Ponte Sérgio Mota, que vai ser a mais moderna do Estado de Mato Grosso, que foi uma briga minha e do Deputado Nico Baracat junto ao Governador Dante de Oliveira, para colocar no Orçamento, e está se executando a ponte mais moderna do Estado de Mato Grosso.

Então, acredito que esses cidadãos... Não acredito que isso tenha partido do Prefeito Jaime Campos, porque conheço a sua idoneidade e sei que ele, como ex-Governador e como Prefeito da cidade de Várzea Grande pela terceira vez, sabe o que é a ocupação, o que é o dever do Deputado. Nós temos obrigação com todos os municípios, e afirmo que esta Assembléia Legislativa tem estado atenta, e desde o menor município – e o menor município do Brasil é aqui em Mato Grosso – até o maior, que é a Capital, Cuiabá, todos estão sendo assistidos por esta Assembléia Legislativa.

E, diga-se de passagem, as eleições municipais dos cento e trinta e nove municípios passaram pela Assembléia Legislativa. Os Deputados têm responsabilidade, sim, e nós vamos debater isso.

É claro que nós precisamos fazer de tudo para ajudar os prefeitos, como estamos fazendo, mas não vou aceitar cidadãos auxiliares, que não conhecem nada, virem dizer que os Deputado, que tiveram voto em Várzea Grande, como eu, o Deputado Moacir Pires, o Deputado Nico Baracat, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado José Carlos Freitas e todos nós que tivemos...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho (FALA DE SUA BANCADA) – Deputado Wilson Teixeira.

O SR. BENEDITO PINTO - ...Deputado Wilson Teixeira Dentinho, não estamos preocupados com a cidade. É claro que estamos e vamos continuar. Essa é a nossa posição! Vamos lutar junto ao Prefeito para que possamos levar água aos moradores do Jardim Eldorado. No que depender de nós, creio que todos nós podemos fazer uma somatória, vamos levar esse benefício para aquela população.

Agradeço, Deputado, vamos voltar a esse assunto depois, que acho de grande importância para Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Indicações de autoria dos Deputados Amador Tut e Zé Carlos do Pátio, já enunciadas na presente Sessão e de conhecimento de todos.

Em discussão todas as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovados. Vão ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Amador Tut, ao Secretário de Estado de Indústria e Comércio, solicitando autorização para a aquisição mensal de dezoito mil litros de álcool anidro, junto às destilarias de álcool, para fazer a mistura de AEP, álcool e diesel, pelo Grupo Tut.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Carlos Brito, à Mesa Diretora, solicitando a realização de uma Audiência Pública no auditório Milton Figueiredo, para discutir com a comunidade interessada, ONGs, Instituições e pessoas físicas, as questões da legislação e implantação da Unidade de Conservação criada no CPA, conhecida como Reserva Massairo Okamura.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta, em 2ª votação, para tramitação do Projeto de Resolução da Mesa Diretora que institui a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor.

Em discussão o Requerimento...

O Sr. Emanuel Pinheiro – Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente Humberto Bosaipo, nobres Pares, até ocuparia o Grande Expediente exatamente para retratar um assunto que tem sido pauta, agenda dos nossos trabalhos nesses últimos meses, em comum acordo com Vossa Excelência, que, inclusive, me designou para que fosse à Capital do Estado do Ceará, Fortaleza, cidade modelo no que tange à defesa do consumidor, para que pudéssemos lá fazer um trabalho aprofundado na companhia do Deputado Tourim Filho, que é Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Tudo isso, com a determinação de Vossa Excelência, de todos nós, de se instalar aqui em Mato Grosso, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a tão necessária Comissão Permanente de Defesa do Consumidor. E após entregarmos um relatório completo e profundo a Vossa Excelência, mostrando como funciona no Estado do Ceará esta Comissão que é um sucesso absoluto, resgatando direitos de consumidores, de contribuintes lesados, e que não têm onde socorrer, não têm um canal, não têm uma instituição de defesa dos seus direitos, por mais elementares que sejam – e Mato Grosso não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

foge á regra – nós representantes do povo mato-grossense, representantes dos direitos e dos anseios da população do nosso Estado, enquanto Deputados Estaduais, não podemos prescindir aqui nesta Casa de uma Comissão Permanente de Defesa do Consumidor. E Vossa Excelência, com sábia orientação, já apresentou um Projeto de Resolução que está sendo colocado, neste momento, em 2ª votação, para que esse sonho da comunidade mato-grossense seja realizado e possamos ter aqui na Casa do Povo uma comissão permanente que defenda os direitos do consumidor.

Só para ilustrar o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, aqui está o jornal *Diário de Cuiabá* de hoje, e só na página B-3 temos alguns assuntos que afetam o cotidiano da população cuiabana e mato-grossense:

“Recursos podem demorar até um ano.

Falta de estrutura e estratégia de infratores faz com que as Juntas fiquem abarrotadas de processos, no que concerne às multas de trânsito nas Juntas Administrativas de Recursos Infracionais” - as famosas JARIs.

Isso aqui não só causa um tremendo mal-estar, mas também dificulta a vida de todos os proprietários de veículos da nossa cidade. Esse é um desrespeito ao contribuinte, é um desrespeito ao consumidor!

Mais abaixo, na mesma página, Sr. Presidente, consta a seguinte matéria: “Acidente deixa 30 mil casas sem água.” Entre os bairros Quilombo, Poção, Lixeira, Dom Aquino, grandes complexos populacionais de Cuiabá, tudo isso em virtude de um erro, de uma falha da Empresa Abott Engenharia, que ao invés de usar picaretas para furar a rua, usou uma retroescavadeira, arrebentando todo o encanamento, já envelhecido, da SANEMAT, da Agência Municipal de Saneamento, prejudicando, desrespeitando, lesando milhares de contribuintes, milhares de consumidores, sem que ninguém tenha direito a ver o seu dano reparado. Agora, se o consumidor atrasar um dia no pagamento de sua conta de água, ele, com certeza, se não tiver a água cortada, vai pagar com multa, vai passar vexame, vai ficar horas na fila, vai ser mal atendido, num completo desrespeito à família, ao consumidor, ao contribuinte cuiabano e mato-grossense.

Eu quero também parabenizar a Dr^a Jussara Marques Sita, Chefe da Oncologia Pediátrica do Hospital do Câncer de Mato Grosso, que em respeito ao cidadão, ao contribuinte, ao consumidor, está fazendo publicar nos jornais os direitos do paciente terminal.

Nessa rápida abrangência, Sr. Presidente, eu quero apenas ressaltar que direito do consumidor é muito mais do que ele mesmo imagina. O consumidor está tão acostumado a ser lesado, ele está tão acostumado a não dar importância para a falta de um troco no ônibus, quando ele paga a sua tarifa, para um troco em bala, quando ele compra uma cesta básica, ele está tão acostumado a ser lesado diariamente, que ele não está nem dando bola aos seus direitos mais elementares. Então, mais do que nunca, vamos aprofundar esse debate.

Vossa excelência está de parabéns, pela visão moderna, visão de futuro que entre tantos mecanismos legais, institucionais que esta Casa tem para preservar o direito do povo mato-grossense, na ponta, Sr. Presidente, sem sombra de dúvidas, está a defesa dos direitos do consumidor, dos direitos dos contribuintes do nosso Estado.

Por isso, eu quero aqui, não em discussão, mas no encaminhamento de votação, parabenizar Vossa Excelência, parabenizar a Mesa Diretora, agradecer a confiança em mim depositada, a confiança a mim delegada por Vossa Excelência! Juntos, haveremos de construir uma instituição nessa Casa que, realmente, vá preservar os direitos dos consumidores, os direitos do contribuinte do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Continua em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Aprovado.

Em discussão única, Parecer Favorável da Mesa Diretora, que concluiu com o seguinte Projeto de Resolução:

**Concede licença ao Deputado Chico Daltro,
para exercer o cargo de Secretário de Estado.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, inciso XXVIII, da constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Deputado Chico Daltro licença para exercer, junto ao Poder Executivo de Mato Grosso, o cargo de Secretário de Estado, nos termos dos Artigos 32, inciso I, § 3º, da Constituição Estadual e 145, inciso IV, do Regimento Interno, a partir desta data.

Art. 2º Estado Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Plenário das Deliberações “Deputado Oscar Soares”, em Cuiabá, 23 de fevereiro de 2001”

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto de Resolução ao Expediente.

Eu indago aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, estou vendo aqui os Deputados Eliene, Benedito Pinto, Zé Carlos do Pátio e Alencar Soares, se essa Comissão já definiu quem será o Presidente... (PAUSA)

Os membros dessa Comissão são os seguintes: Deputado Riva, Deputado Alencar Soares, Deputado Benedito Pinto, Deputado Eliene e Deputado Zé Carlos do Pátio; como suplentes: Deputado Joaquim Sucena, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Campos Neto, Deputado Jair Mariano e Deputado Nico Baracat; para a *Comissão de Educação, Cultura e Seguridade Social*, membros titulares: Deputado Roberto Nunes, Deputado Chico Daltro, Deputado José Carlos Freitas, Deputado Eliene e Deputada Serys Slhessarenko; membros suplentes: Deputado Carlos Brito, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Benedito Pinto, Deputado Hermínio J. Barreto e Deputado Gilney Viana; para a *Comissão de Terras e Meio Ambiente*, membros titulares: Deputado Rene Barbour, Deputado Pedro Satélite, Deputado Jair Mariano, Deputado José Carlos Freitas e Deputado Nico Baracat; membros suplentes: Deputado Roberto Nunes, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Gilney Viana, Amador Tut e Silval Barbosa; para a *Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária*, membros titulares: Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Carlos Brito, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Amador Tut e Deputado Silval Barbosa; membros suplentes: Deputado Riva, Deputado Pedro Satélite, Deputado Campos Neto, Deputado José Carlos Freitas e Deputado Zé Carlos do Pátio; para a *Comissão de Redação*, membros titulares: Deputado Riva, Deputado Emanuel Pinheiro e Deputado Silval Barbosa; membros suplentes: Deputado Hermínio J. Barreto e Deputada Serys Slhessarenko; para a *Comissão de Revisão Territorial*, membros titulares: Deputado Rene Barbour, Deputado Pedro Satélite, Deputado Jair Mariano, Deputado Hermínio J. Barreto e Deputado Zé Carlos do Pátio; membros suplentes: Deputado Alencar Soares, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado José Carlos Freitas, Deputado Benedito Pinto e Deputado Nico Baracat; para a *Comissão Municipalista*, membros titulares: Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Chico Daltro, Deputado Campos Neto, Deputado Eliene e Deputado Silval Barbosa; membros suplentes: Deputada Serys Slhessarenko, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Moacir Pires e Deputado Amador Tut; para a *Comissão de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso*, membros titulares: Deputado Carlos Brito, Deputado Pedro Satélite, Deputado Campos Neto, Deputada Serys Slhessenko e Deputado Nico Baracat; membros suplentes: Deputado Gilney Viana, Deputado Riva, Deputado Eliene e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado Moacir Pires; para a *Comissão de Agropecuária, Indústria e Comércio*, membros titulares: Deputado Alencar Soares, Deputado Rene Barbour, Deputado José Carlos Freitas, Deputado Hermínio J. Barreto e Deputado Moacir Pires; membros suplentes: Deputado Pedro Satélite, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Amador Tut, Deputado Campos Neto e Deputada Serys Slhessarenko; *Comissão de Minas e Energia*, membros titulares: Deputado Alencar Soares, Deputado Riva, Deputado Jair Mariano, Deputado Eliene e Deputado Joaquim Sucena; membros suplentes: Deputado Carlos Brito, Deputado Benedito Pinto, Deputado Moacir Pires e Deputado Gilney Viana; para a *Comissão de Segurança Pública e Comunitária*, membros titulares: Deputado Roberto Nunes, Deputado Amador Tut, Deputado Benedito Pinto, Deputado Hermínio J. Barreto e Deputado Zé Carlos do Pátio; membros suplentes: Deputado Rene Barbour, Deputado Moacir Pires, Deputado Joaquim Sucena e Deputado Chico Daltro; para a *Comissão de Ouvidoria-Geral*, membros titulares: Deputado Roberto Nunes, Deputado Joaquim Sucena e Deputado Silval Barbosa; membros suplentes: Deputado Chico Daltro e Deputado Jair Mariano; e para a *Comissão de Direitos Humanos*, membros titulares: Deputado Alencar Soares, Deputado Carlos Brito, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Gilney Viana e Deputado Zé Carlos do Pátio; membros suplentes: Deputado Chico Daltro, Deputado Rene Barbour, Deputado Wilson Teixeira Dentinho e Deputado Roberto Nunes.

Após a formação da Comissão de Defesa do Consumidor, na próxima semana, solicito aos membros das comissões enumeradas que se reúnam e indiquem o seu Presidente, para que possamos, efetivamente, iniciar os nossos trabalhos.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Pela Ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE – (HUMBERTO BOSAIPO) – Eu solicito de Vossa Excelência, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, permissão para...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho – Eu escutarei o Deputado Zé Carlos do Pátio...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Eu gostaria que o Deputado Zé Carlos do Pátio usasse o microfone da tribuna, por favor.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Sr. Presidente, desde que o Deputado Riva fez o pronunciamento dele, eu estou esperando o momento para falar, e foram sendo protelados os procedimentos, mas agradeço ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

Eu quero dizer ao Deputado Riva que essa briga do PSDB é uma brincadeira. Eles estão querendo enganar as Oposições com essa briguinha de fundo de quintal. Quanto ao PMDB, ele colocou que prefeitos do PMDB irão para o PSDB. O PSDB, com todo o poder, com a máquina na mão, com dois mandatos, não conseguiu trazer para o PSDB, e não é agora que vai trazer.

Os prefeitos que se elegeram pelo PMDB são do PMDB, têm posições ideológicas, e não vão compor com o Governo, um Governo que não tem compromisso com a política municipalista, com uma política voltada para os mais humildes, um política voltada para o interior. Não é agora, depois de seis anos, por causa de dois anos, que vão compor com o seu Governo Dante de Oliveira.

Deputado Emanuel Pinheiro, só para eu fazer um encaminhamento aqui, quero dizer a Vossa Excelência que o primeiro trabalho dessa Comissão de Defesa do Consumidor tem que ser a questão dos impostos – a primeira luta -, e eu quero me aliar a Vossa Excelência nessa luta.

Eu acho que querer defender o consumidor é reduzir esses impostos. Nada se fala neste Estado sobre os impostos. Os impostos neste Estado nem se fala! Fala-se nas obras, que é a FERRONORTE, a soja, o algodão, a hidrovia, o gasoduto, obras da iniciativa privada, mas na competência do Estado não se fala, e não se fala também dos impostos.

Ontem, eu estive na FIEMT, pedindo apoio, e vou até a FECOMÉRCIO, quero pedir o apoio da sociedade, quero pedir o seu apoio, Deputado, para nós reduzirmos os impostos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.

E agradeço, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, por ceder este momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, aos Deputados Hermínio J. Barreto, Carlos Brito, Silval Barbosa e Amador Tut, para, na próxima Sessão, terça-feira, nos reunirmos, às 20:30 horas, no horário da Sessão mesmo, para que possamos designar o Presidente e o Vice-Presidente dessa Comissão. Então, ficam convocados os Deputados da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para, na próxima Sessão, terça-feira, às 20:30 horas, elegermos o Presidente e o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais...

Indago se algum Deputado vai fazer uso da palavra...

Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos do Pátio, não quer usar da palavra?

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Se o Deputado Zé Carlos do Pátio não deseja falar, e não havendo mais nenhum outro Deputado que queira, eu gostaria de repetir o calendário para depois do feriado: dia 06 de março às 09:00 horas, será realizada a reunião do arbitral dos times de futebol do Estado de Mato Grosso, liderada pelo Deputado Alencar Soares, no Auditório Milton Figueiredo.

A pedido do Deputado Carlos Brito, registro a presença do vereador Alípio, de Campo Novo do Parecis, e de Vereadores de Ponte Branca e de outros municípios.

Desejo a todos um bom descanso no período carnavalesco, e a Assembléia Legislativa ficará de plantão para quaisquer emergências.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – Alencar Soares, Carlos Brito, Chico Daltro, Roberto Nunes, Riva e Wilson Teixeira Dentinho; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Nico Baracat, Silval Barbosa e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido da Frente Liberal – Joaquim Sucena e Moacir Pires; do Bloco Parlamentar Socialista – Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), e José Carlos Freitas (PPB); Sem Filiação Partidária – Emanuel Pinheiro.

Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Pedro Satélite e Rene Barbour, do PSDB; Gilney Viana e Serys Shlessarenko, do PT; Campos Neto (EM MISSÃO OFICIAL), do PL; e Jair Mariano (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para terça-feira, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.
